



Comunicação e formação da racionalidade brasileira¹

Claudio Schubert² é professor na Universidade
Luterana do Brasil-Canoas-RS
na graduação e Pós-Graduação

Resumo

A formação da racionalidade Ocidental acontece a partir de três universos distintos: a cultura grega, a religiosidade judaica e o pensamento cristão. Um conceito herdado da racionalidade clássica grega foi a distinção entre a esfera pública e privada. Essa compreensão passou por transformações conceituais na Idade Média onde o privado e o público não era distintos. O princípio clássico foi retomado na sua originalidade pelo Iluminismo renascentista. O período contemporâneo midiático se caracteriza, novamente, por uma certa inversão das funções entre esfera pública e privada. A aliança do poder midiático-político, via visibilidade, apresenta certas visões de mundo para serem consumidas. Essas concepções são centrais na formação da racionalidade Ocidental e brasileira. É sobre esse tema que o presente artigo se ocupa.

Palavras-chave: esfera pública e privada; visibilidade; discursividade; formação; racionalidade

A cultura Ocidental origina-se de uma fusão entre o pensamento grego, a tradição religiosa judaica e mais tardiamente do pensamento cristão³. A religião judaica e o cristianismo fornecem elementos para a constituição da cultura religiosa Ocidental. Essa cultura influenciou a construção do Estado Ocidental, onde, principalmente a partir do Imperador Constantino⁴, a organização estatal tem nas suas entrelinhas a presença

¹ Trabalho apresentado ao GT Teoria e Metodologia da Comunicação, do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Doutor em Educação - UFRGS - 2004
- Mestre em Filosofia – UFSM - 1999
- Especialista em Comunicação e Informação – UFRGS - 2000
- Faculdade de Comunicação Social – Jornalismo - Unisinos - 1992
- Faculdade de Teologia – Escola Superior de Teologia - 1990
- Com experiência profissional em rádio, jornal e assessoria de imprensa
- Endereço eletrônico: claudioschubert@terra.com.br

³ MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 9.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p.105

⁴ Constantino foi Imperador de Roma entre os anos 306/7 – 337 e concedeu a liberdade para os cristãos exercerem livremente seu credo. Já em 391-392 o Imperador Teodósio torna o cristianismo religião oficial do Império Romano.



marcante do pensamento religioso. Com a liberdade religiosa que o Imperador Constantino concedeu aos cristãos inicia uma nova relação entre Igreja e Estado que perdura até os dias atuais. Essas duas forças, Igreja e Estado, se auto-apoiaram na maioria das fases da história Ocidental. Essa relação somente enfraqueceu com a entrada em cena da imprensa e mais recentemente com a presença da mídia. No que se refere à filosofia grega, a herança de conceitos como democracia, justiça, ética, educação, compreensão de esfera pública e privada compõem a racionalidade a partir da qual a sociedade se estrutura. Estes termos são um marco importante para compreender, na contemporaneidade, a relação existente entre Comunicação e formação da racionalidade no contexto brasileiro⁵.

Desde o período clássico existe uma linha de reflexão presente no desenvolvimento da racionalidade democrática Ocidental que entende que a intencionalidade da política, na sua concretização, tem a finalidade de tornar os cidadãos eticamente melhores. Sabe-se que a gênese do pensamento democrático pelo qual a cultura Ocidental se pauta teve seu nascedouro no mundo grego. Pode-se dizer que foram os gregos que articularam os conceitos de democracia e colocaram também as condições necessárias para que ela funcionasse como uma organização que proporciona bem-estar aos cidadãos. Vejamos o que Aristóteles tem a dizer sobre a organização da cidade (pólis):

Sabemos que uma cidade é como uma associação, e que qualquer associação é formada tendo em vista algum bem; pois o homem luta apenas pelo que ele considera um bem. As sociedades, todas elas, portanto, propõem-se algum lucro – especialmente a mais importante de todas, visto que pretende um bem mais elevado, que envolve as demais: a cidade ou a sociedade política⁶.

Segundo Aristóteles, a função da cidade (pólis) é proporcionar bem-estar ao cidadão. Como ser político, o homem se reúne e se organiza numa comunidade. Nisso, conforme o filósofo, consiste a diferença do ser humano para com o animal. O homem não tem um ambiente que lhe é naturalmente dado como os animais, mas precisa construí-lo. É na organização da pólis que o ser humano revela o seu ser político, pois a

⁵ Especialmente o aspecto religioso torna-se relevante no contexto brasileiro pela crescente participação e instituições religiosas na chamada mídia secular

⁶ ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001, p.11.



cidade precisa ser administrada corretamente. Entendemos aqui o correto dentro dos princípios da democracia grega e não de um governo tirano. Por isso, a pólis adquire um significado tão importante para o cidadão.

A função do Estado é proporcionar condições para que o ser humano possa viver bem. Viver bem, para Aristóteles, significa viver virtuosamente: “Entretanto, não é apenas para viver, porém para viver virtuosamente, que os homens formaram entre si a sociedade civil”⁷. A sociedade organizada tem como objetivo, no intuito de proporcionar condições para que o ser humano possa viver bem, colocar “cada qual sob a proteção da injustiça, protegendo o câmbio e os intercâmbios comerciais”⁸. Mais adiante o filósofo diz que em “todas as ciências, assim como em todas as artes, a finalidade é um bem; e o maior de todos os bens encontra-se, sobretudo, naquela dentre todas as ciências que é a mais alta; ora, tal ciência é a política e o bem, em política, é a justiça, quer dizer, a utilidade coletiva”⁹. Para o filósofo, a organização da pólis é uma tarefa política e tem a função primordial de proporcionar justiça e bem-estar aos cidadãos em todos os sentidos.

É importante assinalar que desde a *pólis* grega à contemporaneidade, o conceito de esfera pública e privada tem passado por diferentes caracterizações, até mesmo por períodos de inexistência, considerando sua concepção original. Na *pólis*, a distinção entre esferas pública e privada se fazia entre o cidadão livre (*koiné*), isto é, público, que é separado do mundo particular (*oikos*) de cada indivíduo. Segundo Habermas, “a vida pública, *bios politikos*, não é, no entanto, restritiva a um local: o caráter público constitui-se na conversação, que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária”¹⁰.

Na continuidade, o próprio termo “esfera pública” recebe definições não muito precisas e se apresenta com características diferenciadas dependendo do momento histórico em questão. Percebe-se que o termo “público” é colocado em oposição ao “privado”, mas “público” pode ser tanto a praça, a instituição pública ou a pessoa pública. Essa diferente caracterização que a esfera pública recebe tem relação com a

⁷ Op. Cit. p. 92

⁸ Op. Cit. p. 92

⁹ Op. Cit. p. 98

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 15.



constituição da burguesia e o conseqüente avanço do capitalismo mercantil e financeiro, onde a troca de mercadorias é favorecida. “Algo semelhante ocorre com a troca de informações que se desenvolve na trilha da troca de mercadorias”¹¹.

Assim, a esfera pública é onde o sujeito atua no exercício de sua cidadania, tanto profissional quanto política. Esta se distingue da esfera privada, que é o seu mundo particular, das relações familiares, das vivências do que não é público. Essa delimitação foi importante ao longo da história da sociedade Ocidental para a construção do conceito de cidadania.

Em diferentes momentos da história, especialmente nos regimes absolutistas como o Feudo e a Monarquia na Idade Média, essa distinção se perde. Nesse período específico, o que existia era a opinião do monarca, que é privada, mas que é extensiva ao público de seus súditos. “Assim, parece-me compreensível que a autoridade privada e pública fundem-se numa inseparável unidade, já que ambas são a emanção de um único poder”¹².

Com a articulação de uma nova ordem política a partir da renascença e período Moderno, a individualidade do sujeito começa ser resgatada. A imprensa desempenha um papel importante para pensadores liberais e liberal-democratas no sentido de construir um espaço de livre circulação de idéias independente do pensamento autoritário nessa fase de transição do período medieval para o renascentista e moderno. O sujeito passa a valorizar sua própria opinião, fazendo ressurgir a distinção entre a esfera pública e privada.

Está bastante claro como vimos acima em Aristóteles que a idéia central se refere à formação do cidadão como sujeito político. O mesmo pensamento, de formar o ser humano para ser um indivíduo virtuoso, está presente no pensamento Moderno. Este aspecto pode ser percebido especialmente em Rousseau¹³ (1712–1778). O moderno Estado democrático pressupõe como seu princípio básico a soberania popular. No *Contrato Social* Rousseau já assinala a importância da opinião do povo num regime de governo. A opinião pública é o modo, no Estado democrático, por intermédio do qual se

¹¹ Op. Cit. p. 29

¹² Op. Cit. p. 18

¹³ Rousseau descreve em *Emílio ou da Educação* os passos necessários para a boa formação do cidadão. A formação inicia na infância e se estende até em torno dos 16 anos aproximadamente. Somente depois disso a pessoa seria cidadão com direitos e liberdade de opção. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.



expressa à soberania popular. O ideal democrático aponta a relevância da opinião do povo, caracterizando-a como a mais importante de todas as leis existentes no Estado. Nesse aspecto chega a afirmar que

a essas três espécies de leis, junta-se uma quarta, a mais importante de todas, que não se grava nem no mármore, nem no bronze, mas nos corações dos cidadãos; que faz a verdadeira constituição do Estado; que todos os dias ganha novas forças; que, quando as outras leis envelhecem ou se extinguem, as reanima ou as supre, conserva o povo no espírito de sua instituição e insensivelmente substitui a força da autoridade pela do hábito. Refiro-me aos usos e costumes e, sobretudo, à opinião, essa parte desconhecida dos nossos políticos, mas da qual depende o sucesso de todas as outras¹⁴.

Na Inglaterra do séc. XVII igualmente se percebe a relevância da imprensa como poder formativo presente na sociedade. Segundo a compreensão Albert e Terrou¹⁵ “engajada na luta política desde o séc. XVII, ela (a imprensa) mereceu ser chamada, por Burke, em 1787, de o *quarto poder*”. Isso revela uma grande capacidade de influência da imprensa junto à população inglesa naquele período.

Nos períodos subseqüentes o conceito de opinião do povo, como característica mais importante do exercício da cidadania na esfera pública, passa a ser construído com uma forte participação da imprensa, nas suas diferentes fases. Nas mais distintas épocas uma das características centrais foi a monopolização das informações e percebe-se uma aproximação entre os poderes políticos e a mídia.

Referindo-se à contemporaneidade, Thompson entende que existe uma clara interferência e concentração de poder entre desenvolvimento sócio-econômico e midiático no séc. XX.

No começo dos anos 90 na Inglaterra [...] quatro grandes grupos da mídia controlavam cerca de 92% da circulação dos jornais diários [...]. Além disso, os processos de crescimento e consolidação assumem cada vez mais um caráter de multimídia à medida que grandes corporações vão adquirindo participação crescente nos vários setores da indústria da mídia, desde as edições de jornais locais e nacionais às transmissões via satélite,

¹⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social: In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.75.

¹⁵ ALBERT, P. e TERROU, F. *História da imprensa*. Tradução de Edison D. Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.12



das publicações de livros e revistas à produção e distribuição de filmes¹⁶.

Mattelart reforça a tese da existência de um certo monopólio da informação quando diz que “a base do poder americano está, em grande parte, em seu domínio do mercado mundial das comunicações. Ainda conforme esse estudo, oitenta por cento das palavras e imagens que circulam no mundo provêm dos Estados Unidos”¹⁷. Diante desse quadro, muitas pequenas organizações de comunicação não puderam resistir às grandes corporações no mercado. As que sobreviveram coexistem com os grandes complexos prestando uma contribuição importante à opinião pública, mesmo com expressão limitada.

A partir disso, constata-se o exercício de um poder político-midiático sendo aceito com “passividade”¹⁸ pelo expectador¹⁹. Essa relação já foi denunciada em uma das manifestações mais contundentes da tradição libertária Ocidental da Idade Média com o jovem La Boétie que denuncia perguntando.

Por hora gostaria de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não optem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo, que não poderia fazer-lhes mal algum senão preferem tolerá-lo a contradizê-lo²⁰.

A submissão da vontade coletiva ao um pequeno grupo de pessoas vem do desejo de trocar a liberdade por pequenas posses, por mercadorias. Esse é o mal que aflige a sociedade. Segundo La Boétie, a submissão e a perda da liberdade vêm de duas fontes, ou seja, de que o povo seja forçado ou iludido, “por ilusão, eles muitas vezes

¹⁶ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 74.

¹⁷ MATTELART, Armand. *Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias*. Tradução de Guilherme J. F. Teixeira. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.168.

¹⁸ Sabe-se que essa passividade é extremamente relativa, pois como o poder político-midiático não consegue o controle total precisa se utilizar da constante pesquisa de opinião para perceber como está a opinião destes “expectadores passivos”.

¹⁹ A aceitação “passiva” do discurso autoritário midiático-político é outro enfoque interessante da relação deste poder. Abordagem ímpar sobre a aceitação “passiva” do poder encontra-se em La Boétie, por ora somente o citamos de passagem.

²⁰ LA BOÉTIE, Etinne de. *O discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.12.



perdem a liberdade; mas nisso não são enganados por outrem com frequência com que são iludidos por si mesmos”²¹.

Chauí desenvolve uma linha de pensamento similar quando busca explicar o conceito de ideologia na sociedade moderna. Para ela a

função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. Indivisão: apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da idéia de ‘humanidade’, ou da idéia de ‘nação’ e ‘pátria’, ou da idéia de ‘raça’, etc. Diferenças naturais: somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais dos talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor, etc.²²

Conforme Löwy²³ poderíamos utilizar o “conceito de ideologia num sentido amplo, como sinônimo de visão de mundo, e distinguir duas vertentes como sendo conservadora e revolucionária”. O aspecto a destacar neste específico, é o espaço formador que se cria e a possibilidade que o espaço político-midiático tem de influir na construção de determinada visão de mundo.

Além disso, como agravante, sabe-se que na contemporaneidade é possível compreender que a ação da mídia na sociedade brasileira se apresenta numa caracterização peculiar onde a esfera privada ganhou o brilho de exposição daquilo que é público e o público caracteriza-se por fragmentos de informações irrelevantes para o bem-estar coletivo. Assim acontece um ofuscamento do papel público reservado a mídia na sociedade. Com tal constatação se percebe a existência de uma inversão na sociedade moderna na relação entre mídia e sociedade, especialmente no que se refere à função desempenhada pela esfera pública e privada. Na compreensão original, o objeto da discussão pública são os acontecimentos que dizem respeito à esfera pública, a esfera privada é de âmbito individual, que não é exposta ao público, mas permanece restrita num círculo familiar.

A ação da mídia na sociedade brasileira se apresenta numa caracterização peculiar onde o privado ganhou o destaque do público e este ficou num segundo plano de exposição e visibilidade. Isso quer dizer que existe uma inversão na sociedade

²¹ Op. cit. p. 20.

²² CHAUI, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999, p.174.

²³ Löwy, Michael. *Ideologias e ciências social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1998, p.60



contemporânea, em termos midiáticos, no que se refere à função que a esfera pública e privada desempenhava. Essa transformação é consequência de uma mudança maior que ocorreu com os termos esfera pública e privada na contemporaneidade, em relação à sua conceituação original no mundo grego.

Na compreensão original, o objeto da discussão pública são os acontecimentos que dizem respeito à esfera pública, a esfera privada é de âmbito individual, que não é exposta ao público, mas permanece restrita num círculo familiar. Para Prokop

o conceito de ‘esfera pública’ refere-se à área da comunicação social resultante da exclusão tanto do trabalho na empresa como da família e caracteriza-se como o encontro (real ou fictício) de pessoas livres para a discussão de questões de interesse geral. A esfera pública abrange fenômenos desde congressos de associações até o conviver social²⁴.

O fundamental é perceber que desde a *ágora* da pólis grega à contemporaneidade, com seus acentos diferenciados ao longo da história, a exposição, o tornar-se público, a publicidade, a visibilidade pública são elementos essenciais para caracterizar a esfera pública. Num segundo passo, é importante perceber que, na atualidade, alguns elementos presentes na *ágora* grega se apresentam também na ação midiática. As características centrais da *ágora* grega eram *a acessibilidade, a visibilidade e a interação* com os cidadãos da pólis. Esses elementos, com diferente forma e conteúdo, são mantidos na atualidade pelos MCM na sua ação e interação social. O que se modificou na mídia contemporânea e que estava presente na *ágora* grega é a forma da inter-relação entre os interlocutores acontecer no mesmo espaço e tempo, isto é, a simultaneidade, a visibilidade e a interação momentânea, a conclusão das discussões, a presença visível, o “face na face”.

O que se quer resgatar da *ágora* não é a forma, isto é, o modo organizacional ou formal de como a assembléia ou interação se dava. O importante é o conceito da inter-relação. A democracia moderna, especialmente a partir do desenvolvimento da imprensa, se deu conta que a forma da *ágora* é mutável enquanto forma de concretização, o que é essencial, e deve permanecer, é o conceito, ou seja, a possibilidade de discussão das questões centrais que dizem respeito ao cidadão e à

²⁴ PROKOP, Dieter. A esfera pública. In: MARCONDES FILHO, Ciro. *Diter Prokop – sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p. 104.



pólis, isto é, à arte de bem administrar a cidade. Nesse aspecto, não é necessário que a idéia de *assembléia* fique restrita somente aos limites de uma interação visual geográfica e imediata, mas à possibilidade de uma interatividade em tempos diferentes, sem a necessidade dos sujeitos se conhecerem e terem alcance visual mútuos. Isso significa fazer uma releitura da forma como a *ágora* poderia se concretizar sem prejuízo, necessariamente, em relação ao conteúdo que se construiu em torno da idéia de esfera pública. Assim, tendo presente os elementos essenciais que caracterizam a esfera pública como *a acessibilidade, a visibilidade e a interação* com os cidadãos, a forma poderia ser diversa. Essa compreensão mais flexível de esfera pública é necessária se se pretende entender a mídia como uma expressão da *ágora* grega na contemporaneidade, pelo menos em alguns de seus momentos.

Se for priorizada como elemento de identificação da esfera pública *a acessibilidade, a visibilidade e a interação*²⁵ com os cidadãos, nos damos conta que a simples exposição, ou a visibilidade pública que os MCM proporcionam ainda não caracteriza a essência desta grandeza. É necessário mais: a concretização do debate público, da discursividade²⁶ pública. Ou seja, quais são as possibilidades existentes das *esferas de visibilidade e discursividade pública* acontecerem na mídia e como se pode compreender sua intencionalidade de interação e formação?

É possível perceber, sem grande dificuldade, que a mídia se concretiza essencialmente como estando presente e atuante na esfera pública. Mesmo sendo um meio que fundamentalmente se caracteriza como sendo público, ela tematiza assuntos de interesse do mundo privado e do seu cotidiano. Uma análise da mídia na contemporaneidade deve considerar que o conceito de esfera pública e privada está modificado, onde a esfera privada abriu-se para o interesse público e o público foi deslocado para um plano periférico.

Com o advento dos MCM, a esfera pública passou a desempenhar um duplo papel na atualidade: aquele que sempre lhe fora reservado, ou seja, relacionado ao desempenho da pessoa enquanto sujeito público; e abarca também características que, na origem, eram tarefas reservadas à esfera privada. O sujeito não participa somente no público manifestando-se como tal, mas forma-se, no público, naquilo que ele é

²⁵ O que se quer resgatar na abordagem do tema esfera pública é exatamente esse aspecto, ou seja, a *acessibilidade, a visibilidade e a interação* e não as diferentes formas como ela pode ou não se concretizar.

²⁶ Se esta discursividade é efetiva ainda é outra questão, o que se quer aqui é sublinhar a relevância desta possibilidade acontecer.

essencialmente como indivíduo, isto é, a sua interioridade, tarefa que, em princípio, estava reservada à esfera privada²⁷.

Por *esfera de visibilidade pública* se entende a publicidade dos fatos sociais que ficam acessíveis ao público e que se tornam públicos. São tanto aquelas manifestações de caráter político ou institucional quanto às ações de origem civil. Por intermédio da *visibilidade pública* as questões relevantes do cotidiano são tornadas acessíveis, analisadas e repercutidas. A forma como essa esfera se concretiza é diversa²⁸, podendo ser por intermédio de uma conversação grupal até via o mais moderno e poderoso meio de informação. Integram a *esfera de visibilidade pública* as instituições, públicas ou privadas, não quanto ao conteúdo em relação daquilo que é a sua tarefa específica na sociedade²⁹, mas pela possibilidade de serem meios onde temas e assuntos se tornam públicos.

Na *esfera da discursividade pública*, a visibilidade continua sendo fundamental. O propósito aqui, no entanto, não é simplesmente a exposição, o tornar-se conhecido ao público, o estar presente nas conversações sociais como no caso anterior. No conceito da *esfera de discursividade*, as pessoas envolvidas em determinada temática devem ter conhecimento de que se trata de uma disputa e que existe possibilidade de interferência nessa discussão. A participação poderá ser simultânea, isto é, enquanto o debate público acontece, ou poderá dar-se a *posteriori* como desdobramento ou continuidade da discussão³⁰. Essa idéia se aproxima bastante daquilo que Habermas busca em alguns momentos na apresentação de sua Teoria da Ação Comunicativa, ou seja, ele fala

da capacidade de reunir sem coações e de fundar um consenso que tem uma fala argumentativa na qual distintos participantes superam a subjetividade inicial de suas concepções e a mercê da comunidade de convicções

²⁷ Nesse aspecto, acontece na atualidade uma diferença fundamental diante daquilo que podemos observar como sendo tarefa da educação em Rousseau. Segundo ele, Emílio deve receber uma sólida formação para então, em idade madura, desempenhar sua vivência em público como cidadão. Em Kant, a compreensão é idêntica, no sentido de que é necessário uma clareza racional para uma vivência sólida em sociedade. Em outras palavras, no pensamento moderno as esferas pública e privada estavam ainda nitidamente separadas no que concerne à tarefa formativa do ser humano.

²⁸ Ela pode acontecer tanto nas esferas micro, médio e macro. Cada uma delas tem sua especificidade de visibilidade.

²⁹ Nesse sentido, não está em questão o conteúdo educacional ou científico diante da tarefa que a educação ou ciência recebe num determinado contexto, mas a possibilidade de temas, das mais diversas origens serem aí comunicados e assumirem uma característica coletiva, integrando a *esfera de visibilidade pública*.

³⁰ Como exemplificação podemos pensar nos debates políticos dos pleitos eleitorais. Mesmo que durante um debate a possibilidade de interferência, naquele exato momento, seja mínima, a discussão continua ocorrendo posteriormente e repercute entre os eleitores. Essa repercussão pode ser vista como um prolongamento do debate anterior que foi público e terá influência no próximo confronto entre os candidatos. O fundamental é que na *esfera de discursividade pública* a natureza da acessibilidade, a visibilidade e a interação sejam mantidas, pois são elas que caracterizam o debate público.

racionalmente motivadas se asseguram simultaneamente da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do círculo da vida social no qual se movem³¹.

Assim percebe-se que a *esfera da discursividade* não é somente exposição, o tornar-se conhecido, a informação sobre determinado fato ou acontecimento, como é o caso da *esfera de visibilidade pública*. Se para a *discursividade* o argumento, o debate é central, para a *visibilidade* é fundamental a exposição. Não poderíamos pensar uma organização democrática na contemporaneidade sem a presença de duas características: a visibilidade e o debate. No entanto, quando buscamos compreender a ação da mídia no processo democrático, é salutar, metodologicamente, distinguir a exposição do debate, pois esta primeira, mesmo sendo parte integrante e essencial da esfera pública moderna, não é ainda suficiente para cumprir as exigências que somente se completa com o debate.

Assim, *visibilidade ou discursividade* estão presentes tanto nas esferas públicas micro, médio e macro, isto é, existem características destas esferas que podem ser conceituadas como sendo de visibilidade ou de discursividade. Isso significa perceber com clareza o modo operacional de como as duas instâncias funcionam para não confundi-las conceitualmente, mas saber que existe entre elas uma inter-relação que é vital.

A esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. Numa sociedade de massa, a *disponibilidade* e a *acessibilidade*, características essenciais da esfera do debate público, podem garantir-se apenas formalmente - o que equivale a perder-se - se não se converterem em *visibilidade*. A esfera de visibilidade pública *disponibiliza*, ainda que na maior parte das vezes não produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam a instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena pública³².

O que se quer resgatar da esfera pública e privada grega³³ é o conceito da inter-relação. Nesse aspecto, a compreensão de esfera pública não pode ficar restrita somente aos limites de uma interação visual e imediata. É necessário agregar a possibilidade de

³¹ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução de Manuel J. Redondo. 3. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997, p. 506.

³² GOMES, Wilson. *Esfera pública política e Media – II*. CD Anais do 7º Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), GT Comunicação e Política, São Paulo, 1998, p.9.

³³ Nesse momento nos interessa explicitar o conceito de esfera pública, e não privada.



interatividade, em tempos e locais geográficos distintos. A partir disso, na atualidade o conceito de esfera pública pode ser caracterizada como *visibilidade pública* na sua relação com os cidadãos. É necessário alargar esse conceito agregando-lhe a idéia de *discursividade pública* para que o debate público possa efetivamente acontecer. Assim, é importante distinguir e definir com clareza cada uma das expressões da esfera pública moderna, ou seja, *a esfera de visibilidade pública* e *a esfera da discursividade pública*.

A *Esfera da discursividade pública* não é somente exposição, o tornar-se conhecido, a informação sobre determinado fato ou acontecimento, como é o caso da *Esfera de visibilidade pública*. Se para a *discursividade* o argumento, o debate é central, para a *visibilidade* é fundamental a exposição. Não poderíamos pensar uma organização democrática na contemporaneidade sem a presença de duas características: a visibilidade e a discursividade, ou seja, a exposição e o debate. No entanto, para compreender a ação da mídia no processo democrático, é salutar, metodologicamente, distinguir a exposição do debate, pois esta primeira, mesmo sendo parte integrante e essencial da esfera pública moderna, não é ainda suficiente para cumprir as exigências que somente se completa com o debate³⁴.

A partir desta reflexão surge a inevitável constatação no atual contexto político e comunicacional: a necessidade da reflexão ética permear as relações entre mídia e sociedade. Habermas fala de que a saída para a resolução de problemas ético-sociais resolve-se pelo consenso.

Esse conceito de racionalidade comunicativa leva consigo conotações que em última instância se referem à experiência central da capacidade de reunir sem coações e de fundar um consenso que tem uma fala argumentativa na qual distintos participantes superam a subjetividade inicial de suas concepções e a mercê da comunidade de convicções racionalmente motivadas se asseguram simultaneamente da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do círculo da vida social no qual se movem³⁵.

A busca pela consensualidade pressupõe igualdade de condições argumentativas. Nas estratégias utilizadas pela visibilidade midiática “certamente há um ponto em que a

³⁴ GOMES, Wilson. *Esfera pública política e Mídia – II*. CD Anais do 7º Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), GT Comunicação e Política, São Paulo, 1998.

³⁵ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução de Manuel J. Redondo. 3. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997. p. 506.



estratégia deixa de ser legítima e torna-se abusiva. Ultrapassar esse ponto não deveria ser admitido numa sociedade democrática que queira garantir parâmetros éticos para a atividade política”³⁶.

Por isso, na contemporaneidade é atitude positiva realizar uma abordagem científica pela ótica da *pluri, trans ou interdisciplinaridade*. Isso, no entanto, depende menos do método e muito mais da ação dos agentes pesquisadores envolvidos no processo. Para que a interdisciplinaridade possa ser concretizada é fundamental que a racionalidade a partir da qual se dá o processo, seja a de uma ética discursiva. Assim,

esta comunidade, concebida de modo construtivista, não é um coletivo que obrigue a uniformização de seus membros ao afirmar o seu próprio modo de ser. Inclusão não significa aqui incorporação de si próprio e a exclusão do outro. A inclusão do outro indica, muito mais, que os limites da comunidade estão abertos para todos e, precisamente, também para aqueles que são estranhos para a comunidade e que querem continuar sendo estranhos³⁷.

Com a influência recíproca entre *Comunicação e Política* a importante distinção entre esfera pública e privada foi ofuscada na modernidade. Reconstruir esses parâmetros a partir de uma reflexão que tenha um fundo ético, especialmente no universo da comunicação e formação da racionalidade, torna-se hoje uma tarefa das mais relevantes.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, P. e TERROU, F. *História da imprensa*. Tradução de Edison D. Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco, In: *Os pensadores*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. vol.2, 4.d. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 1999.

GOMES, Wilson. *Esfera pública política e Media – II*. CD Anais do 7º Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), GT Comunicação e Política, São Paulo, 1998.

_____. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

³⁶ GOMES, Vilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 238.

³⁷ HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del outro. Estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999. p. 24



HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del outro. Estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução de Manuel J. Redondo. 3. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.

LA BOÉTIE, Etienne de. *O discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciências social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 9.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MATTELART, Armand. *Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias*. Tradução de Guilherme J. F. Teixeira. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PROKOP, Dieter. A esfera pública. In: MARCONDES FILHO, Ciro. *Dieter Prokop – sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.